

Carla Teixeira – Secretária Geral da ABA (2021-2022)

Deputada Sâmia presidindo os trabalhos desta Comissão, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, demais autoridades e representantes da sociedade civil, meus cumprimentos. Agradeço a oportunidade de falar nesta relevante audiência pública como secretária geral da Associação Brasileira de Antropologia.

A ABA, fundada em 1955, é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, com papel de destaque na condução de discussões relacionadas às políticas públicas de educação, ciência e tecnologia, direitos humanos e sociais. Estrutura-se em mais de 20 comissões de especialistas em temáticas contemporâneas. Tendo como lema Defender Direitos, Fazer Antropologia, a atual diretoria reafirma a vocação que inspira a trajetória da ABA. Elegi 2 focos para contribuir com esta Comissão em 2021, considerando a pandemia da covid-19.

Começo referindo-me aos povos indígenas, visto que o governo descumpra direitos dos cidadãos, indígenas em especial, inscritos na Constituição como deveres de Estado. Destaco as ações de denúncia e garantia de direitos promovidas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, pela deputada Joênia Wapichana e aliados, e por organizações parceiras, dentre elas a ABA.

Sugiro enfaticamente a esta Comissão o relatório “Nossa Luta é pela Vida” lançado em 2020 pela APIB, também eventos nas redes sociais promovidos por lideranças indígenas e notas técnicas da Comissão de Assuntos Indígenas e do Comitê de Antropólogos Indígenas da ABA. Nessas iniciativas vê-se o sofrimento dos indígenas para acessar políticas públicas que lhes deveriam ser garantidas nos três níveis de governo. Mas também registra-se a resiliência desses cidadãos que, mesmo em tempos extremos como os atuais, não desistem de buscar seus direitos como brasileiros reafirmando sempre sua condição de indígena. Luta que se dá em um processo político, social, econômico e sanitário em que subnotificação, ausência de barreiras sanitárias governamentais, carência de recursos (inclusive água potável), registro de indígenas como pardos nos atestados de óbito e recusa de atendimento a sua saúde nas aldeias e nas cidades combinam-se com invasões de territórios por garimpeiros e madeireiros, violências diversas, assassinato de indígenas e racismo institucional.

Meu 2º foco são os cientistas e suas articulações para defender a ciência e a sua livre atuação como professores e pesquisadores. Em meio à negação das evidências científicas, aos usos da Lei de Segurança Nacional e do argumento da “ideologia de gênero”, a ABA, junto com a ANPOCS, a ABCP, a SBS, a ABRASCO e a SBPC tem atuado também na luta pelo Estado de Direito Democrático e pela Defesa da Vida, num país em que ontem batemos o recorde de 4 mil mortos em 24h. Lembremos: a covid-19 não mata igualmente, incide mais naqueles que se encontram em situação precária e para os quais inexistem política social e sanitária adequada. Concluo reafirmando o valor das ciências para a construção das políticas públicas e colocando o conhecimento produzido pelos antropólogos e antropólogas reunidos na ABA a serviço da reversão dessa situação que nos envergonha como cidadãos e cientistas.